


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0016119-36.2013.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - Liberação de Veículo Apreendido**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

CONCLUSÃO

Aos 05/03/2014 faço estes autos conclusos ao Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc. subscrevi.

RELATÓRIO

MARIA CRISTINA RODRIGUES DE JESUS impetrou mandado de segurança contra ato do **DELEGADO DA POLÍCIA CIVIL/CIRETRAN DE SÃO CARLOS** alegando ser proprietária da motocicleta Honda, modelo CG Titan 125 Spacy, 1994, chassi nº 9CAJF0301RRR00483, placas BJW-4150 e que no dia 03.08.2013, tal veículo foi apreendido administrativamente, pois o conduzia sem carteira de habilitação (CNH). Aduziu ainda que, posteriormente, recebeu 31 autuações datadas de 08.06.2013 cujas infrações ocorreram na cidade de Birigui-SP. Afirmou que nunca esteve nesta cidade e que as multas foram emitidas com um intervalo de 01 minuto entre uma e outra infração, o que lhe causou estranheza. Sustentou que se dirigiu à Ciretran local para liberar a motocicleta tendo sido condicionado tal ato ao pagamento das referidas multas e demais taxas. Levantou a hipótese da existência de “clonagem” de seu veículo. Requereu, liminarmente, a liberação da motocicleta e no mérito, a procedência da ação.

A inicial foi emendada a fls. 47/49 para indicar o DETRAN-SP como pessoa jurídica que a autoridade impetrada integra.

A liminar foi concedida (fls. 49).

A autoridade prestou informações (fls. 60) informando que, de fato, erro de digitação causou o lançamento das infrações sobre o veículo da impetrante.

O Ministério Público declinou de sua intervenção (fls. 68).

FUNDAMENTAÇÃO

O mandado de segurança deve ser concedido, afinal, como reconhece a autoridade impetrada (fls. 60), as infrações foram lançadas sobre o veículo errado, pois o da impetrante não se envolveu, de fato, nelas.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

Logo, o pagamento dos débitos concernentes a tais infrações não pode ser apresentados como condição para a liberação da motocicleta.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, confirmo a liminar de fls. 49 e **CONCEDO** a segurança para **DETERMINAR** à autoridade impetrada que **LIBERE** a motocicleta sem condicionar o ato ao recolhimento das multas, mantidas as despesas de remoção e depósito ao equivalente a 30 dias.

Sem honorários no *writ*.

Transitada em julgado, aguardem-se 30 dias.

Nada sendo requeridos, arquivem-se.

P.R.I.

São Carlos, 10 de março de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**